

A análise do recurso apresentado, sobre o **Festival Caratinga Afro - 8ª Edição**,.

### 1. Princípios Constitucionais: Igualdade e Acesso à Cultura

O projeto visa promover a **valorização da cultura afro-brasileira**, o que é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. A Constituição Federal de 1988, em seu **art. 5º**, assegura a **igualdade de todos perante a lei**, sem distinção de qualquer natureza, e veda qualquer tipo de discriminação, inclusive por raça e origem étnica. A proposta do Festival Caratinga Afro, ao promover uma **celebração da cultura negra**, corrobora com o princípio da **equidade** (art. 3º, inciso IV, da CF/88), ao buscar dar visibilidade e valorização à cultura de um grupo historicamente marginalizado, o que é um avanço no campo da **justiça social**.

Além disso, a **promoção do acesso à cultura**, especialmente com o foco em atividades voltadas para o **ensino e sensibilização das novas gerações** sobre a contribuição histórica dos negros no Brasil, também está alinhada com o **art. 215 da Constituição**, que assegura a todos o pleno exercício dos direitos culturais, sendo o poder público responsável por promover e incentivar atividades culturais.

### 2. Acessibilidade e Inclusão Social

O projeto demonstra um **forte compromisso com a acessibilidade**, conforme a análise do recurso, com a inclusão de **rampas de acessibilidade, banheiros adaptados e intérprete de libras**. Este compromisso está de acordo com a **Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência)**, que determina a **acessibilidade física, atitudinal, comunicacional e de serviços** em eventos culturais, públicos e privados. A legislação assegura que o direito de participar plenamente da vida cultural seja garantido a todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência.

A **acessibilidade atitudinal** (garantia de atendimento adequado e respeitoso), por exemplo, está prevista no art. 28 da Lei Brasileira de Inclusão, que estabelece a obrigação dos organizadores de eventos e espaços culturais de oferecerem condições para que as pessoas com deficiência possam participar de maneira plena, sem discriminação.

### 3. Inclusão de Grupos Vulneráveis e Pessoas Negras

Outro ponto relevante é a **promoção da inclusão de grupos vulneráveis**, como pessoas negras, que representam 80% da população de Caratinga, conforme a proposta. O projeto tem um foco explícito em **fortalecer a identidade e autoestima** de uma comunidade marginalizada, seguindo as diretrizes da **Lei nº 10.639/2003**, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Esse aspecto é importante, pois atende a uma demanda de justiça histórica e racial, que visa reparar, de alguma forma, os danos causados pela desigualdade racial no Brasil.

Além disso, a escolha de um **coletivo majoritariamente feminino e negro** para idealizar o evento é também uma estratégia que valoriza a representatividade e o empoderamento das mulheres negras, um ponto de relevância para políticas públicas de **igualdade de gênero e raça**, que são respaldadas pela Constituição (art. 5º, caput) e por legislações específicas, como a **Lei nº 7.716/1989**, que tipifica os crimes resultantes de discriminação racial.

#### 4. Pontuação e Avaliação do Projeto

A principal dúvida apresentada no recurso é em relação à **pontuação atribuída** ao projeto, especificamente a pontuação 9, ao invés de 10. Alega-se que não há uma justificativa clara para essa redução de pontuação, considerando os méritos do projeto e sua relevância cultural e social. Em um contexto jurídico-administrativo, a pontuação em processos seletivos para recursos públicos (seja de editais ou outras formas de seleção) deve sempre ser fundamentada em **critérios objetivos**, conforme estabelecido no próprio edital. A **transparência e justificativa clara das decisões administrativas** são princípios do direito administrativo, previstos na **Lei nº 9.784/1999**, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública.

#### 5. Aspectos Práticos e Sustentabilidade do Projeto

Outro ponto relevante é a **sustentabilidade do projeto**, tanto no que se refere ao **impacto social**, gerando **renda direta e indireta para a comunidade** e envolvendo mais de 70 artistas e profissionais, quanto em termos de **acesso ao lazer** para a população, especialmente em um evento de grande escala como o Festival. O aspecto de **sustentabilidade financeira e social** do projeto está alinhado com os objetivos da **Política Nacional de Cultura**, que visa a promoção da **cidadania cultural**, com ênfase no fortalecimento da economia criativa e no incentivo a projetos culturais que gerem **desenvolvimento local e regional**.

#### Conclusão e Recomendação

O **Festival Caratinga Afro** é um projeto com clara relevância cultural, social e histórica, alinhado aos princípios constitucionais de **igualdade, acesso à cultura e inclusão social**, especialmente no que tange à população negra e pessoas com deficiência. O recurso deve ser analisado com base em critérios de **transparência** na avaliação das pontuações, assegurando que as decisões administrativas sejam devidamente fundamentadas.

Belo Horizonte- MG, 23 de dezembro de 2024

---

**DOUGLAS CÂNDIDO FERREIRA**

**REPRESENTANTE LEGAL**

**CPF: 116.724.226-20**

**RG: 16.796.069**

